

## I PPLA 2008 | perguntas e respostas

Em agosto de 2008, a Ambiens Sociedade Cooperativa e apoiadores realizarão, no Museu Oscar Niemeyer – MON, em Curitiba, o Seminário PPLA - Política e Planejamento: economia, sociedade e território. O objetivo compartilhar e debater teorias, experiências, discursos e práticas no campo da ação política e do planejamento, a partir de reflexões críticas e interdisciplinares que articulem as dimensões econômica, social e territorial de análise.

Para instigar os debates sobre estes temas a Comissão Organizadora convidou a Profa. Dr.<sup>a</sup> Ermínia Maricato para comentar sobre a importância dos temas que serão debatidos no PPLA 2008.

### 1. No cenário brasileiro atual, qual a relevância do debate sobre política e planejamento?

O problema da dificuldade do planejamento no Brasil decorre principalmente de duas origens. Uma está na tradição patrimonialista na sociedade brasileira – aquilo que Raymundo Faoro desenvolveu muito bem em Os Donos do Poder. Patrimônio (inicialmente propriedade de escravos e depois de terra ou imóveis), poder político, poder econômico e poder social caminham juntos. Como parte desse quadro, outra característica do patrimonialismo está na privatização da esfera pública que é apropriada como coisa pessoal. O Estado é usado na universalização da política do favor. As cidades são administradas de acordo com as relações clientelistas. Bairros inteiros são dependentes da relação de favor (favor ao invés de direitos) que ganha importância crucial nos períodos eleitorais.

A dominância dessas características, próprias do capitalismo periférico, dificultam o planejamento, qualquer que seja ele, urbano ou não. Entre 1930 e 1960 nós tivemos no Brasil algumas tentativas de construção de um Estado com algum grau de autonomia em relação ao exterior e alguma profissionalização em relação ao arbítrio das elites internas. Uma de suas características foi o ensaio de implementar planejamento em políticas públicas. Mas são alguns momentos na história que não chegaram a atingir a área do planejamento urbano de forma significativa. Ele existe enquanto plano, enquanto lei no papel. A implementação se dá de forma discriminatória marcando as “ilhas de primeiro mundo” onde o solo é regulado, as leis de parcelamento e edificação são mais ou menos aplicadas. Mas a lógica dessa implementação desigual da lei conduz à segregação territorial da pobreza de um lado e ao mercado restrito ao produto de luxo do outro, como pretendi mostrar no livro *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. Curitiba é exemplo de planejamento implementado de forma relativamente extensiva por isso foi

mais eficiente em remeter para fora do município a população mais pobre. Estamos diante de um paradoxo: a formalidade expulsa os mais pobres, em qualquer cidade do Brasil, como se os pobres não tivessem o direito de morar legalmente. Aliás a história da propriedade fundiária no Brasil mostra o empenho do Estado em evitar que os pobres tenham acesso à propriedade legal. Onde foi aplicado, o planejamento urbano, acompanhado da legislação fundiária e imobiliária favoreceu o mercado, foi socialmente excludente apesar da retórica pró-social que acompanha as leis e os planos como mostra Flávio Villaça no livro *A ilusão do Plano Diretor*.

Mais recentemente (a partir da redemocratização do país, com a CF de 1988), uma geração de arquitetos tenta modificar essa prática urbanística com o uso de novos instrumentos como ZEIS e outros, trazidos pelo Estatuto da Cidade, fundamentados na função social da propriedade prevista na Constituição de 88. Mas os resultados ainda são pequenos o que não deve nos desanimar, ao contrário, é preciso sair da acomodação e abandonar a retórica do sucesso dos novos instrumentos.

A outra fonte de dificuldades que também dificulta o planejamento urbano é o neoliberalismo, corrente política e ideológica que marcou ou tem marcado as primeiras décadas da chamada globalização. Segundo alguns autores, especialmente Arrighi, o neoliberalismo é uma pausa na política mundial que está se aproximando do seu fim. Entretanto, o estrago feito é de difícil recuperação. Faz parte do seu ideário o enfraquecimento do Estado Nacional, o recuo das políticas públicas, a desregulamentação do estado, o fim dos subsídios a privatização dos serviços públicos e portanto a primazia do mercado. Enfim, o neoliberalismo é também, e nesse caso inclusive nos países centrais, outra fonte de dificuldades para a implementação do planejamento urbano.

### **Qual a contribuição que este debate pode trazer para compreensão das relações entre Estado, Lutas Sociais e as Intervenções e Disputas no Território?**

Antes de mais nada é preciso entender quais são as forças que estão atuando sobre o território brasileiro que está passando por grandes transformações impulsionadas pela produção de commodities. Eu costumo dizer que a globalização nos atingiu qual uma tsunami que arrastou a todos: Estado, movimentos sociais, território, recursos naturais, etc. O mundo passou de um arranjo do capitalismo, conhecido como welfare state, no qual Estado e sindicatos tinham poder relativo para outro, sob domínio do capital financeiro em parceria com grandes conglomerados internacionais que fragilizou partidos e sindicatos bem como mudou as características dos

Estados. A emergência de movimentos sociais caracterizados por uma incrível diversidade faz parte do novo arranjo. A febre participativa também. Ela é incentivada pela esquerda e pela direita. Das grandes agências internacionais como o BIRD, passando pelos bancos privados até os movimentos mais radicais de esquerda, todos são pela participação. Há certo consenso de que participar é importante. Ao mesmo tempo nós vemos que esse novo arranjo está bastante restrito ao espaço institucional e elimina do horizonte as utopias transformadoras, a busca de novas relações sociais. O que nós temos na verdade é um febre participativa, que leva a cada um a se ocupar de demandas específicas e se orientar em torno de uma agenda carregada de reuniões. Todo mundo está muito ocupado. Mas cada um está voltado para seu fragmento convicto de que as coisas importantes do mundo se esgotam ali: o meio ambiente, as mulheres, os jovens, ou para os idosos, a moradia, o transporte, os direitos humanos, a educação, a paz, a violência, os negros, etc, etc. Enfim, nós vivemos hoje um universo coalhado de entidades, de uma diversidade imensa de demandas e reivindicações, que, no entanto, nos afastam de um projeto hegemônico. Hegemonia na verdade é a hegemonia do capital, essa sem dúvida, óbvia no mundo. Ao contrário da fragmentação percebida nos movimentos sociais os capitais estão mais centralizados, mais concentrados, mais organizados e mais poderosos. Várias corporações transnacionais são mais fortes do que a maior parte dos países do mundo. Elas tomam decisões sobre aonde vão instalar unidades de produção e consumo e onde vão desativar deixando ruínas atrás de si. A maior parte dos movimentos fragmentados, imersos no mundo de suas demandas pouco se dão conta disso.

Eu acho que cabe discutir qual é a perspectiva, e se existe a perspectiva, de um outro projeto social no horizonte das próximas décadas. Evidentemente sempre há a possibilidade de nós caminharmos para num beco sem saída, o capitalismo pode entrar em crise e como acontece em qualquer ciclo pode haver grandes mudanças até uma nova recomposição. Esse colapso não é uma boa notícia pois não há no horizonte nenhuma alternativa que seja resultado de uma construção social. Mas existe também um outro colapso visível no futuro a partir da questão ambiental. Há 150 anos seguimos um modelo que é insustentável, como lembrou André Gorz, baseado no fetiche da mercadoria. Todos são orientados para relacionar felicidade e consumo. As mentes embotadas pelo mercado e pela indústria cultural são levadas a acreditar que não há outro destino possível senão consumir mais e perseguir o padrão vigente nos países avançados. Há motivos para esperança apesar de tudo. A Via Campesina que está organizada da Índia até o Brasil, e o Brasil tem uma das mais importantes organizações desse movimento que é o MST, aponta para um outro caminho, que é outro padrão de consumo, uma agricultura sustentável, diversificada, familiar, baseada em pequenas propriedades, que tenta heroicamente resistir ao

agronegócio. Bom, essa é a guerra mais evidente do que está em jogo. Mas temos também algumas pequenas guerras como a disputa surda que se dá pela apropriação do centro das nossas cidades entre os movimentos e os captadores da renda imobiliária. A dificuldade atual está em construir uma agenda que unifique e dê um outro sentido aos conflitos pulverizados. Penso como o MST que a formação política dos jovens é fundamental.

## I PERFIL I

### **ERMINIA MARICATO**

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado (1977) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1984). Livre Docente (1996) e Professora Titular (1998) pela Universidade de São Paulo. Professora visitante da University of British Columbia/Center of Human Settlements, Canadá (2002) e da University of Witswaterhand of Johannesburg, África do Sul (2006). Foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo (1989/1992), Coordenadora do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1998/2002) e Ministra Adjunta das Cidades (2003/2005). Foi consultora ad-doc da FINEP, CAPES, CNPQ, FAPESP, e também de inúmeras prefeituras no Brasil e no exterior. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em planejamento urbano, política urbana, política habitacional, política fundiária, regularização fundiária, favelas, periferias e cortiços. Criou o LABHAB - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP e participou da criação do Ministério das Cidades. Atualmente é professora titular da FAUUSP. Recebeu o Prêmio Juan Torres Huguerras da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos, em 2006. Recebeu o Prêmio Arquiteto do Ano 2007 da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas.



**Ambiens Sociedade Cooperativa**

Rua Treze de Maio, 778 – cj. 15

Curitiba | PR | 80510-030

(41) 3013-2160 | (41) 3013-2161 |

[www.coopere.net/ppla](http://www.coopere.net/ppla)